



Crise financeira: Mundo esteve "à beira de uma catástrofe de proporções inimagináveis" - Daniel Bessa

Número de Documento: 8984828

Porto, Portugal 07/11/2008 17:11 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças, banca, Economia (geral)

Porto, 07 Nov (Lusa) - O economista Daniel Bessa afirmou hoje que o mundo esteve "à beira de uma catástrofe de proporções inimagináveis" devido à crise financeira mundial, com a banca a ser salva "in extremis" pelas medidas tomadas pelos vários governos.

"Se não fossem as medidas tomadas nos EUA, Europa, Inglaterra e Japão, neste momento não teríamos sistema financeiro, que foi salvo 'in extremis'", afirmou o ex-ministro socialista durante o XVII Seminário Internacional de Países Latinos da Europa e América, organizado em Santa Maria da Feira pela Câmara de Técnicos Oficiais de Contas (CTOC).

De acordo com Bessa, na origem desta crise do sistema financeiro estiveram "problemas de regulação" que levaram a que "as pessoas deixassem de acreditar na banca".

"Estivemos à beira de uma catástrofe de proporções inimagináveis", sustentou, salientando que a base de funcionamento da banca é "a confiança dos depositantes".

Segundo Daniel Bessa, que no seminário interveio num painel intitulado "A criatividade nas PME", os "enormes problemas anunciados no mercado de crédito" levarão a que "a gestão financeira das empresas se torne muito apertada nos próximos meses, com uma redução maciça do capital circulante".

"Temos aqui um problema que vai ter reflexos muito fortes e vai durar bastante tempo a resolver", sustentou.

PD.

Lusa/fim

BPN/Nacionalização: "Lado mais trágico da história acaba na regulação"- Daniel Bessa

Porto, Portugal 07/11/2008 15:09 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças, banca, falência, Economia (geral), governo, nacionalizações

Porto, 07 Nov (Lusa) - O economista e ex-ministro socialista da Economia Daniel Bessa criticou hoje a actuação do Banco de Portugal no caso do Banco Português de Negócios (BPN), dizendo que "o lado mais trágico desta história do BPN infelizmente acaba na regulação".

"Havia razões mais do que suficientes para ver o que se estava a passar", afirmou Bessa em declarações à agência Lusa à margem do XVII Seminário Internacional de Países Latinos da Europa e América, organizado hoje em Santa Maria da Feira pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC).

Daniel Bessa afirmou que as "empresas de auditoria e de revisão de contas - que se diz que depois foram mandadas embora - a seu tempo chamaram a atenção para coisas sérias" na operação do banco.

"Como é que depois a regulação, nem com base em denúncia expressa dos relatórios de auditoria consegue entrar e ver um bocadinho melhor? Esta crise financeira mostra que correu muito mal muita coisa com a regulação pelo mundo inteiro e esta história do BPN mostra que as coisas realmente não estão bem", sustentou.

Recordando que, "à boca pequena e não tão pequena, toda a gente no país há pelo menos meia dúzia de anos falava de uma situação que parecia muito pouco ortodoxa" no BPN, Daniel Bessa considerou que, "se a regulação não foi capaz de intervir, há coisas que precisam de ser melhoradas".

"Ao que se dizia havia razões mais do que suficientes para, pelo menos, ver aquilo mais de perto e ver o que se estava a passar", disse o ex-ministro do Governo de António Guterres.

Atingida a actual situação de falta de liquidez do banco, Daniel Bessa considera que a sua nacionalização era inevitável.

"O BPN ou ficava nas mãos do Estado, ou nunca seria capaz de liquidar as suas obrigações", considerou.

Relativamente às fortes críticas do actual presidente do banco, Miguel Cadilhe, à actuação do Governo nesta matéria, Bessa reconhece-lhe apenas legitimidade para discutir "aspectos de detalhe e de pormenor".

"Acho que Miguel Cadilhe talvez esteja a discutir mais questões de pormenor, porque ninguém duvida que, sem o Estado, o BPN não conseguia pagar aos seus depositantes", disse.

Para Daniel Bessa, os dois pedidos de crédito feitos à Caixa Geral de Depósitos são a prova de que o banco "já estava nas mãos do Estado".

PD.

Lusa/Fim